

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS..... 35

Capítulo I

FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO..... 37

Marilei Fortuna Godoi

INTRODUÇÃO 37

1. TÍTULO EXECUTIVO QUE INSTRUI A EXECUÇÃO FISCAL 39

 1.1. Dívida ativa tributária 41

 1.2. Dívida ativa não tributária 42

2. O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ACERCA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E NÃO TRIBUTÁRIO A PARTIR DE SUA CONSTITUIÇÃO ATÉ A INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA..... 53

3. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA E O AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL..... 82

4. POSSIBILIDADE DE PROTESTO EXTRAJUDICIAL DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA: ADEQUAÇÃO, UTILIDADE, EFICIÊNCIA E NÃO CARACTERIZAÇÃO DE SANÇÃO POLÍTICA 102

Capítulo II

DA COMPETÊNCIA EM EXECUÇÃO FISCAL 111

Eduardo Rauber Gonçalves

INTRODUÇÃO 111

1. DA NORMATIVIDADE ESPECÍFICA DA EXECUÇÃO FISCAL 112

2. COMPETÊNCIA MATERIAL – ENTE DA FEDERAÇÃO E A QUESTÃO DA COMPETÊNCIA DELEGADA (ART. 109, § 3º, DA CF) – ADVENTO DA LEI Nº 13.043/2014..... 112

3. COMPETÊNCIA TERRITORIAL – DOMICÍLIO DO RÉU, RESIDÊNCIA OU LUGAR ONDE FOR ENCONTRADO O EXECUTADO (ART. 46, § 5º, DO CPC) 117

3.1. Apensamento das execuções fiscais (art. 28 da Lei nº 6.830/80)	124
4. QUESTÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS À COMPETÊNCIA EM EXECUÇÃO FISCAL	126
4.1. Execuções de entes estaduais e municipais contra entes federais: competência da Justiça Federal	126
4.2. Execuções dos Conselhos Profissionais: competência da Justiça Federal.....	128
4.3. Execuções de multas trabalhistas: competência da Justiça do Trabalho – EC nº 45/2004.....	130
4.4. Execuções de multas eleitorais: competência da Justiça Eleitoral	132
4.5. Execuções de FGTS: competência da Justiça Federal.....	133
4.6. Juizados Especiais: incompetência para processar e julgar execuções fiscais	136
4.7. Incompetência dos “juízos universais” para processar os executivos fiscais (artigos 5º e 29 da Lei nº 6.830/80 e art. 187 do CTN).....	136
4.8. Concurso de preferência entre credores públicos e deslocamento da competência.....	137
4.9. Ação ordinária ajuizada previamente na justiça federal e competência delegada – Conexão.....	138

Capítulo III

LEGITIMIDADE NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL: FAZENDA PÚBLICA EXEQUENTE E DEVEDOR OU RESPONSÁVEL EXECUTADO

141

João Aurino de Melo Filho e Marcos Paulo Sandri

INTRODUÇÃO	141
1. LEGITIMIDADE ATIVA	142
1.1. Execuções fiscais federais: atribuições funcionais da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral da União e Procuradoria-Geral Federal.....	144
1.2. Execuções fiscais de multas criminais.....	151
1.3. Execuções de multas impostas pelos Tribunais de Contas: desnecessidade de inscrição em dívida ativa e ajuizamento de execução fiscal ..	152
1.4. Execuções de contribuições cobradas pelos Conselhos Profissionais e o caso específico da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	153
1.5. Execuções para cobrança de créditos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	155

1.6. Execuções para cobrança de créditos do Simples Nacional	158
2. LEGITIMIDADE PASSIVA: DEVEDOR OU RESPONSÁVEL.....	158
2.1. Devedor	160
2.2. Responsável.....	161
2.3. Legitimidade decorrente da inclusão do devedor/responsável na Certidão de Dívida Ativa (presunção) e em razão de decisão judicial posterior à inscrição	162
2.4. Ausência de lastro jurídico, em razão da declaração de inconstitucionalidade do artigo 13 da Lei nº 8.620/93, das Certidões de Dívida ativa que impuseram responsabilidade solidária aos sócios pelos débitos junto à Seguridade Social	166
2.5. Legitimidade independentemente da existência de personalidade jurídica	167
2.6. A responsabilidade do empresário individual (“firma individual”).....	172
2.7. Responsabilidade do sócio e da pessoa jurídica pelas multas aplicadas a cada um deles em razão da distribuição de lucros e/ou bonificações por pessoas jurídicas devedoras da União	174
2.8. Incidência das normas que regulam a responsabilidade tributária nas execuções fiscais de dívidas não tributárias: hermenêutica do artigo 4º, § 2º, da Lei nº 6.830/80	176
3. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA FAZENDA PÚBLICA NOS PROCESSOS DE EXECUÇÃO FISCAL.....	178

Capítulo IV

PRIVILÉGIOS E GARANTIAS DOS CRÉDITOS DOS ENTES PÚBLICOS E PREROGATIVAS JUDICIAIS DOS SEUS PROCURADORES..... 181

Luiz Henrique Teixeira da Silva

INTRODUÇÃO	181
1. DOS PRIVILÉGIOS E GARANTIAS DOS CRÉDITOS PÚBLICOS.....	182
1.1. Do privilégio do crédito público frente ao credor de verba honorária advocatícia.....	185
1.2. Da satisfação do crédito público mediante liquidação de bem alienado fiduciariamente – faceta do privilégio	190
1.3. Do privilégio do crédito público na falência	193
1.4. Dos demais privilégios atribuídos aos créditos públicos.....	199

1.5. Da forma processual para o exercício dos privilégios do crédito público fora da execução fiscal.....	203
1.5.1. Execução fiscal em face de pessoas jurídicas em processo de concordata ou de recuperação judicial	204
1.5.2. O privilégio fazendário oposto em processos de terceiros	209
2. DAS GARANTIAS DOS CRÉDITOS PÚBLICOS.....	213
2.1. Abrangência	214
2.2. Presunção de fraude à execução	214
2.3. Garantias nos processos de falência, concordata, inventário e arrolamento	216
2.4. Certificação da regularidade fiscal nos processos de falência e recuperação judicial	218
3. DAS PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA NA EXECUÇÃO FISCAL.....	224
3.1. Dos encargos processuais devidos pela Fazenda Pública – custas, emolumentos, demais despesas e honorários de sucumbência	224
3.2. Das intimações	228
3.3. Outras prerrogativas processuais	232

Capítulo V

DAS INDISPONIBILIDADES E RESTRIÇÕES PATRIMONIAIS PREPARATÓRIAS À PENHORA..... 235

Luiz Henrique Teixeira da Silva

INTRODUÇÃO	235
1. DO ARROLAMENTO FISCAL.....	235
2. DA AÇÃO CAUTELAR FISCAL	239
3. DO ARRESTO.....	244
4. DA AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA.....	246
5. DA INDISPONIBILIDADE DE BENS E DIREITOS CONSTANTE NO ARTIGO 185-A DO CTN	249
6. DA AVERBAÇÃO PRÉ-EXECUTÓRIA	252
7. DA UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS ATÍPICAS NA EXECUÇÃO FISCAL.....	254

Capítulo VI

CITAÇÃO DO RÉU NA EXECUÇÃO FISCAL 257

Marcos Paulo Sandri

INTRODUÇÃO: PARTICULARIDADES DA CITAÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL	257
---	-----

1. DESPACHO DO JUIZ – EFEITOS QUANTO À PRESCRIÇÃO	259
2. PESSOAS QUE PODEM SER CITADAS.....	264
2.1. Pessoas físicas	264
2.2. Pessoas jurídicas	265
2.3. Espólio, inventariante e administrador provisório.....	267
2.4. Sucessores.....	268
2.5. Massa Falida.....	269
3. MODALIDADES DE CITAÇÃO.....	269
3.1. Citação pelo correio por carta com aviso de recebimento.....	269
3.2. Citação por mandado	273
3.3. Citação por edital.....	273
3.4. Citação por hora certa.....	277
3.5. Citação por meio eletrônico.....	279

Capítulo VII

FORMALIDADES E PROCEDIMENTO NA APRESENTAÇÃO DE BENS PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO FISCAL..... 281

João Aurino de Melo Filho

INTRODUÇÃO	281
1. ORDEM LEGAL DE PREFERÊNCIA E LIQUIDEZ COMO REQUISITOS PARA ACEITAÇÃO DE BENS OFERECIDOS À PENHORA	286
2. NOMEAÇÃO À PENHORA PELO EXECUTADO DE BEM LEGALMENTE IMPENHORÁVEL: POSSIBILIDADE, CONSEQUÊNCIAS E, EM CASO DE PENHORA E DESFAZIMENTO POSTERIOR, DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS	291
3. PENHORA DE BEM DE FAMÍLIA GRAVADO COM PRÉVIA HIPOTECA: POSSIBILIDADE, CONSEQUÊNCIAS E, EM CASO DE PENHORA E DESFAZIMENTO POSTERIOR, DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS.....	295
4. FORMALIDADES NA NOMEAÇÃO À PENHORA DE BEM IMÓVEL.....	299
5. INDICAÇÃO À PENHORA DE BEM DE TERCEIRO	301
6. DEPÓSITO JUDICIAL EM DINHEIRO COMO GARANTIA DA DÍVIDA.....	303
6.1. Depósito em dinheiro e prazo para oposição de embargos.....	303
6.2. Distinções entre depósito/pagamento e depósito/garantia	304
6.3. Procedimento normativo concreto para realização de depósito em dinheiro	306

7. REQUISITOS PARA ACEITAÇÃO DA FIANÇA BANCÁRIA.....	310
7.1. Fiança bancária e depósito ou penhora de dinheiro: possibilidades limitadas de substituição e inaplicabilidade, às execuções fiscais, da norma do artigo 835, § 2º, do CPC/2015 (que equiparou a fiança bancária ao depósito)	317
7.2. Fiança bancária e parcelamento do débito	322
8. SEGURO GARANTIA	323
9. OFERTA ANTECIPADA DE GARANTIA NAS EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELA PGFN	327

Capítulo VIII

PENHORA DE BENS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL

329

Marcos Paulo Sandri

INTRODUÇÃO	329
1. EFEITOS DA PENHORA	330
2. BENS PENHORÁVEIS E IMPENHORÁVEIS.....	332
2.1. Bem de família	342
2.2. Demais hipóteses de impenhorabilidade contempladas em leis esparsas.....	346
3. ORDEM DE PREFERÊNCIA DA PENHORA.....	347
4. PROCEDIMENTO DA PENHORA	351
4.1. Lavratura do auto ou termo de penhora.....	351
4.2. Intimação da penhora.....	353
4.3. Avaliação dos bens penhorados.....	356
4.4. Registro da penhora.....	358
4.5. Remoção dos bens penhorados	363
4.6. Substituição da penhora.....	364
4.7. Reforço da penhora	368
4.8. Nomeação do depositário	369
4.9. Liberação da penhora	369
5. ESPÉCIES DE PENHORA.....	370
5.1. Penhora sobre dinheiro – penhora <i>on-line</i>	371
5.2. Penhora sobre repasses de operadoras de cartões de crédito	381
5.3. Penhora sobre imóveis e veículos.....	383

5.4. Penhora no rosto dos autos	384
5.5. Penhora sobre o faturamento	385
5.6. Penhora de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, planta- ções ou edifícios em construção	387

Capítulo IX

FRAUDE À EXECUÇÃO 389

Marilei Fortuna Godoi

INTRODUÇÃO	389
1. PRESSUPOSTOS LEGAIS PARA APLICAÇÃO DA FRAUDE À EXECUÇÃO	394
1.1. Aos créditos tributários	394
1.2. Aos créditos não tributários	396
2. DISTINÇÃO DA FRAUDE À EXECUÇÃO EM RELAÇÃO À FRAUDE CONTRA CREDORES	405
3. A FUNCIONALIDADE DO INSTITUTO SOB O ENFOQUE JURISPRUDEN- CIAL	408
3.1. Análise da presunção legal e do ônus da prova perante o instituto	411
3.2. Súmula 375 do STJ: inaplicabilidade ao crédito tributário inscrito em dívida ativa	426
4. PROCEDIMENTO	429

Capítulo X

MODIFICAÇÕES NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO FISCAL: CONSEQUÊN- CIAS DA FALÊNCIA, DA MORTE, DA DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA PESSOA JURÍDICA E DA SUCESSÃO EMPRESARIAL NO PROCESSO EXECUTIVO 435

João Aurino de Melo Filho

INTRODUÇÃO	436
1. QUESTÕES PRELIMINARES	436
1.1. Procedimento a ser seguido para responsabilização de um terceiro durante a tramitação do processo de execução fiscal	437
1.1.1. Responsabilização por decisão judicial.....	437
1.1.2. Responsabilização por decisão administrativa, nos casos de ato ilícito, inclusive, durante a tramitação das execuções fiscais da União (Lei nº 13.606/2018)	446

1.1.3. Responsabilização independentemente de revisão de lançamento ou processo administrativo de apuração: não incidência da Súmula nº 392 do STJ nos casos de sucessão legal objetiva.....	455
1.2. Prescrição da pretensão contra terceiros nos casos de dívidas tributárias	460
2. FALECIMENTO DO RÉU DURANTE O PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL.....	462
2.1. Formalidades procedimentais para imputação de responsabilidade aos sucessores <i>causa mortis</i> na execução fiscal.....	462
2.1.1. Falecimento do executado depois do ajuizamento da execução.....	463
2.1.2. Falecimento do executado antes do ajuizamento da execução.....	464
2.1.3. Extinção da execução fiscal em razão do ajuizamento em face de devedor falecido e prescrição	465
2.1.4. Procedimento tópico para prosseguimento da execução	467
2.2. Imediato prosseguimento dos atos executórios, com penhora e expropriação de bens do <i>de cuius</i> , independentemente de procedimento de habilitação ou de penhora no rosto dos autos	470
2.3. Demarcação da responsabilidade dos sucessores.....	474
2.4. Inexistência de bens e prescrição intercorrente	475
2.5. Falecimento da pessoa física empresária (“firma individual”).....	476
3. EXECUÇÃO FISCAL EM FACE DE MASSA FALIDA	479
3.1. Restrições procedimentais impostas à execução fiscal em face de massa falida	481
3.2. Repercussões da decretação da falência nos privilégios e na própria exigibilidade do crédito fiscal (crédito principal, multa, juros e honorários/encargo legal)	491
3.3. Extinção do processo de falência e possibilidade de redirecionamento da execução fiscal para responsabilização dos sócios.....	502
3.4. Prescrição ordinária e intercorrente na execução fiscal em face de massa falida.....	506
4. RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DOS SÓCIOS COM PODERES DE GERÊNCIA NOS CASOS DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE	509
4.1. Inaplicabilidade, nos casos de responsabilização por dissolução irregular, do incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto no CPC/2015	520
4.2. Possibilidade de o sócio ilidir a presunção de fraude decorrente da dissolução irregular, demonstrando não ter agido com culpa nem dolo	

e comprovando, ainda, que sua omissão não teve como resultado nenhum prejuízo à Fazenda Pública: atribuição ao executado do ônus da prova e responsabilidade pelos encargos da sucumbência mesmo quando vencedor em eventuais embargos	529
4.3. Atos que, embora denotem o interesse na dissolução social (de fato), não são aptos a suprir o procedimento formal de liquidação.....	532
4.3.1. Distrato simples e dissolução irregular.....	532
4.3.2. Mero pedido de falência sem desenvolvimento da relação processual por ausência de síndico/administrador judicial	534
4.4. Localização do sócio responsável pelos débitos tributários nos casos de dissolução irregular: responsabilidade pessoal dos sócios da época da dissolução, não do fato gerador.....	535
4.5. Responsabilidade pessoal do sócio na execução fiscal de dívida não tributária	541
4.6. Prescrição do direito de redirecionar a execução fiscal tributária contra o sócio pessoalmente responsável nos casos de dissolução irregular..	545
4.7. Responsabilização dos sócios por fatos impositivos ocorridos antes dos atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos: interpretação do artigo 135 do CTN	553
4.8. Dispensa de apresentação de certidão de regularidade fiscal para registro de extinção (baixa) de pessoa jurídica e (im)possibilidade de responsabilização dos sócios: disciplina da Lei Complementar nº 147/2014	558
5. SUCESSÃO EMPRESARIAL: RESPONSABILIDADE DO SUCESSOR	571
5.1. Responsabilização pessoal dos sócios nos casos de sucessão empresarial clandestina	574
5.2. Diligências investigatórias, indícios e comprovação da sucessão empresarial clandestina	578
6. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DAS PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUEM DE MODO CONJUNTO OU COORDENADO, ESTANDO REUNIDAS, OU NÃO, EM GRUPO ECONÔMICO.....	581

Capítulo XI

EXPROPRIAÇÃO DO BEM PENHORADO..... 599

Leonardo Munareto Bajerski

INTRODUÇÃO	599
1. ADJUDICAÇÃO E OUTRAS FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO DOS BENS PENHORADOS.....	600

2. ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR.....	605
3. ARREMATÇÃO. PROCEDIMENTO DA ARREMATÇÃO	608
3.1. O auto de arrematação e a carta de arrematação.....	615
4. APROPRIAÇÃO DE FRUTOS E RENDIMENTOS DE EMPRESA OU DE ESTABELECIMENTOS E DE OUTROS BENS	617

Capítulo XII

SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL 619

Marcelo Polo

INTRODUÇÃO	619
1. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EM RAZÃO DA SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	621
1.1. O parcelamento e a moratória.....	626
1.1.1. A natureza jurídica e os requisitos	626
1.1.2. O parcelamento e a prescrição.....	628
1.1.3. O parcelamento do CPC.....	631
1.2. O depósito do montante integral do tributo em juízo.....	632
1.2.1. A operacionalização do depósito nas instituições bancárias.....	635
1.2.2. O depósito como direito subjetivo do contribuinte: sobre o controle judicial do depósito	638
1.2.3. O depósito e a constituição do crédito tributário	642
1.2.4. O depósito e a denúncia espontânea.....	646
1.2.5. O levantamento do depósito ao final da ação.....	647
1.3. A concessão de tutela antecipada ou medida liminar em ações judiciais.....	650
1.3.1. A extensão da causa suspensiva.....	650
1.3.2. A constituição do crédito tributário	651
1.3.3. Os efeitos próprios da decisão judicial suspensiva da exigibilidade no âmbito federal: multa de ofício e multa de mora	653
1.3.4. A suspensão da exigibilidade do crédito ajuizado: construção de requisitos	655
1.3.4.1. A tutela de urgência	657
1.3.4.2. A tutela de evidência.....	659
2. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO EM RAZÃO DE CAUSAS SUSPENSIVAS PROCESSUAIS	660

2.1. A suspensão em razão da condição das partes e da sua representação em juízo	660
2.2. A suspensão em razão da ilegitimidade do órgão julgador: as arguições de incompetência, impedimento e suspeição	663
2.3. A suspensão em razão de convenção das partes: o negócio jurídico processual e a transação	665
2.4. A suspensão em razão da não localização do devedor e de bens penhoráveis	667
2.4.1. O prazo de suspensão: 1 ano	668
2.4.2. A operacionalidade da suspensão: diligências que competem ao Poder Judiciário e diligências que competem à Procuradoria Fazendária	672
2.5. A suspensão em razão da frustração dos meios de expropriação judicial do bem penhorado	675
2.6. A suspensão em razão de incidentes processuais, processos incidentais e processos autônomos com repercussão na execução fiscal.....	677
3. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DIANTE DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS: FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA CIVIL, LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL	681
3.1. A suspensão na falência e na insolvência civil	681
3.2. A suspensão na liquidação extrajudicial	685
3.3. A suspensão na recuperação judicial	691
4. O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO EM RAZÃO DO BAIXO VALOR DO CRÉDITO EXEQUENDO	699
5. O PRAZO MÁXIMO DE SUSPENSÃO: AJUSTE ENTRE AS PARTES X PARCELAMENTO.....	705
6. A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO NÃO IMPEDE A ADOÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES.....	706

Capítulo XIII

EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL 709

Marcelo Polo

INTRODUÇÃO	709
1. EXTINÇÃO PRÓPRIA.....	711
1.1. A satisfação voluntária.....	711
1.1.1. O pagamento	711

1.1.2. A transação	712
1.1.3. A consignação em pagamento.....	716
1.1.4. A dação em pagamento de bens imóveis	717
1.2. A satisfação involuntária.....	718
1.2.1. Por meio da entrega de dinheiro.....	719
1.2.2. Por meio da adjudicação.....	719
2. EXTINÇÃO IMPRÓPRIA	721
2.1. A decadência e a prescrição.....	722
2.1.1. A decadência e a prescrição ordinária	722
2.1.2. A prescrição intercorrente	726
2.1.2.1. Sobre a origem e a natureza do instituto	726
2.1.2.2. Sobre a constitucionalidade	730
2.1.2.3. Sobre a operacionalidade.....	733
2.1.2.4. A prescrição intercorrente para além da hipótese do art. 40, LEF	759
2.2. A compensação.....	764
2.2.1. A compensação de créditos tributários inscritos em dívida ativa.....	766
2.2.1.1. A compensação de precatórios	766
2.2.1.2. A compensação no âmbito federal: análise da compen- sação de débitos tributários parcelados.....	772
2.2.2. A compensação de créditos não tributários inscritos em dívida ativa.....	784
2.2.3. O meio de oposição da compensação: necessidade de mudança legislativa	784
2.3. A extinção pela remissão.....	785
2.4. A extinção do processo sem julgamento de mérito	785
2.4.1. O abandono de causa	786
2.4.2. A extinção pelo baixo valor do crédito exequendo	787
2.4.3. A extinção da execução fiscal diante do julgamento final do processo falimentar.....	788
3. A NATUREZA DA SENTENÇA EXTINTIVA DA EXECUÇÃO FISCAL E A COISA JULGADA	790
4. OS RECURSOS CABÍVEIS CONTRA A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL ..	793

4.1. Apelação.....	793
4.2. Embargos infringentes.....	794
4.3. Agravo de instrumento.....	797
4.4. Remessa necessária.....	797
5. AS CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS A CARGO DA FAZENDA PÚBLICA EM CASO DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL.....	799

Capítulo XIV

DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL 801

Augusto Newton Chucri

1. INTRODUÇÃO.....	801
2. NATUREZA JURÍDICA.....	802
3. CABIMENTO.....	803
4. A GARANTIA DO JUÍZO. CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE DOS EMBAR- GOS À EXECUÇÃO FISCAL.....	804
4.1. Possibilidade de admissão dos Embargos em caso de penhora insufi- ciente.....	805
5. TEMPESTIVIDADE DA OPOSIÇÃO.....	807
5.1. Marco inicial da contagem do prazo para embargar.....	807
5.2. Multiplicidade das Penhoras e o início do prazo para Embargos.....	809
5.3. Prazo para embargar nos casos de execução por carta.....	809
5.4. Reabertura do prazo para Embargos.....	810
5.5. Prazo para embargar nos casos de múltiplos devedores executados... ..	811
5.6. O prazo para embargar nos casos de dispensa de apresentação de garantia.....	812
5.7. O prazo para embargar para as empresas falidas e as alterações da Lei de Recuperações e Falências.....	813
6. EFEITO SUSPENSIVO DOS EMBARGOS. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CPC.....	816
6.1. Inexistência da regra na Lei de Execuções Fiscais.....	817
6.2. Tese da não aplicação do art. 919 do CPC em virtude da sistemática da LEF.....	818
7. A AMPLITUDE DA DISCUSSÃO EM SEDE DE EMBARGOS.....	821
7.1. A amplitude máxima dos Embargos.....	821

7.2. Delimitação do excesso de execução na apresentação dos embargos – art. 917, §§ 3º e 4º, do CPC.....	822
7.3. Matérias vedadas em sede de Embargos.....	824
7.4. Não cabimento da Reconvenção e limitação do uso das Exceções.....	826
8. A CONCESSÃO DE LIMINAR EM EMBARGOS	827
9. A POSSIBILIDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO PREVISTA NO CPC.....	829
10.A CONDENAÇÃO DAS PARTES EM HONORÁRIOS.....	829
10.1.A Condenação da Fazenda Embargada.....	830
10.2.A Condenação do Embargante.....	831
11.AS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS. A OBRIGAÇÃO DO EMBARGANTE EM PRODUZIR PROVAS.....	832
12.A AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS E OS EFEITOS DA REVELIA	833
13.A SENTENÇA NOS EMBARGOS.....	834
13.1.Os efeitos do recurso de Apelação e o prosseguimento da execução fiscal.....	835
13.2.O cabimento dos Embargos Infringentes de Alçada contra sentença dos Embargos à Execução	836

Capítulo XV

AÇÃO ANULATÓRIA DO ATO DECLARATIVO DA DÍVIDA SIMPLES E CUMULADA COM PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO

839

João Aurino de Melo Filho

INTRODUÇÃO	839
1. AÇÃO ANULATÓRIA, AÇÃO DECLARATÓRIA E AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO: DISTINÇÕES.....	841
2. COMPETÊNCIA	844
2.1. Ação anulatória proposta em vara comum e criação posterior de vara especializada em execuções fiscais.....	849
2.2. Repercussões da competência delegada (e da sua extinção) na competência para julgamento e processamento da ação anulatória.....	851
3. AÇÃO ANULATÓRIA E EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL.....	855
4. PRESCRIÇÃO	860

5. DEPÓSITO PREPARATÓRIO E SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E/OU DA EXECUÇÃO FISCAL	863
6. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO	873
6.1. Execução de sentença na ação anulatória	874
6.2. Eventualidade, na ação anulatória do ato declarativo da dívida, da audiência de conciliação ou de mediação prevista no CPC/2015	878
7. HONORÁRIOS	880
7.1. Casos de dispensa e limitação de honorários nas condenações contra a Fazenda Pública	887
7.2. Possibilidade de fixação de honorários com base na equidade na vigência do CPC	899
8. “CAUTELAR DE CAUÇÃO” FISCAL E AÇÃO ANULATÓRIA COM APRESENTAÇÃO DE GARANTIA IDÔNEA: CAUÇÃO SATISFATIVA NO CPC/2015	901
9. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO (AÇÃO ANULATÓRIA DO ATO DECLARATIVO DA DÍVIDA CUMULADA COM PEDIDO CONDENATÓRIO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS PARA SATISFAZER CRÉDITO PRETENSAMENTE ANULÁVEL)	908
9.1. Amplitude do pedido de restituição (juros e atualização monetária)	909
9.2. Legitimidade na ação de restituição do indébito tributário	920
9.2.1. Legitimidade passiva	921
9.2.2. Legitimidade ativa	922
9.2.2.1. Análise da legitimidade do contribuinte de fato e do contribuinte de direito no pedido de restituição de indébito envolvendo tributos indiretos	924
9.2.2.2. (I) Legitimidade do responsável (substituto tributário) para pleitear a restituição de tributo suportado pelo contribuinte	927
9.3. Prescrição	931
9.3.1. Prescrição nos casos de lançamento por homologação	935
9.3.2. Prescrição nos casos de apresentação prévia de requerimento administrativo ou de pagamento motivado por decisão judicial provisória	939
9.3.3. Prescrição nos casos de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal	940
9.4. Execução do julgado	941

9.5. Ônus do autor de realização e apresentação do cálculo dos valores a restituir e inaplicabilidade à Fazenda Pública da conclusão proferida pelo STJ no Recurso Especial nº 1.387.248/SC.....	945
10. AÇÕES COLETIVAS: LEGITIMIDADE DAS ASSOCIAÇÕES NAS DEMANDAS TRIBUTÁRIAS ENVOLVENDO DIREITOS DOS ASSOCIADOS.....	948
10.1. Representação processual na ação tributária antiexacional proposta por associação em defesa de direitos dos associados.....	949
10.2. Execução do julgado nas ações coletivas.....	954
10.3. Honorários sucumbenciais em ações coletivas em face da Fazenda Pública: manutenção do entendimento plasmado na Súmula nº 345 do STJ.....	955

Capítulo XVI

EMBARGOS DE TERCEIRO EM EXECUÇÃO FISCAL..... 957

Eduardo Rauber Gonçalves

INTRODUÇÃO	957
1. CONCEITO E NATUREZA.....	958
2. COMPETÊNCIA	959
2.1. Competência delegada (art. 109, § 3º, da CF)	960
2.2. Embargos propostos por ente federal (art. 109, I, da CF)	961
2.3. Juízo deprecante X juízo deprecado (art. 676, parágrafo único, do CPC)	962
3. LEGITIMIDADE ATIVA	963
3.1. Legitimidade do Possuidor (art. 674, § 1º, do CPC).....	964
3.1.1. Súmula nº 84/STJ e Instrução Normativa AGU nº 05/2007	964
3.1.2. Legitimidade ativa do usucapiente.....	966
3.2. Legitimidade do Cônjuge e do companheiro (art. 674, § 2º, I, do CPC)	966
3.3. Legitimidade do Sócio Cotista	973
3.4. Legitimidade do credor com garantia real (art. 674, § 2º, IV, do CPC).....	975
4. LEGITIMIDADE PASSIVA (ART. 677, § 4º, DO CPC)	975
5. VALOR DA CAUSA	976
6. PROCEDIMENTO	977
6.1. Prazo para oposição dos embargos de terceiro (art. 675 do CPC).....	977
6.2. Efeitos da propositura e provimento liminar (artigo 678 do CPC)	979

6.3. Prazo para impugnação (art. 679 do CPC).....	980
6.4. Limitação do conteúdo da contestação	981
6.5. Mérito dos embargos de terceiro	983
6.6. Honorários advocatícios	985
7. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS EM EXECUÇÃO FISCAL	986
7.1. Assistência.....	988

Capítulo XVII

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE 993

Leonardo Munareto Bajerski

INTRODUÇÃO	993
1. CONCEITO, HISTÓRICO E NATUREZA JURÍDICA DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	994
2. OBJETO (ALGUMAS HIPÓTESES DE CABIMENTO)	996
3. PROCEDIMENTO	999
4. CABIMENTO DE HONORÁRIOS: CONTRA E A FAVOR.....	1002

Capítulo XVIII

AÇÃO DECLARATÓRIA EM MATÉRIA FISCAL..... 1009

Augusto Newton Chucri

INTRODUÇÃO	1009
1. DISTINÇÃO ENTRE AÇÃO DECLARATÓRIA PURA E AÇÃO DECLARATÓRIA MISTA	1010
2. CONCEITO.....	1011
3. A AÇÃO DECLARATÓRIA E O ART. 38 DA LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS	1012
4. O INTERESSE DE AGIR NAS AÇÕES DECLARATÓRIAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	1012
4.1. A Fazenda Pública pode propor ação declaratória em matéria tributária?.....	1012
4.2. O interesse de agir do contribuinte	1014
4.3. A demanda declaratória apresentada após a lesão do direito	1015
5. LEGITIMIDADE DAS PARTES	1019
5.1. Legitimidade ativa.....	1019
5.2. Legitimidade passiva.....	1022

6. LANÇAMENTO PARA PREVENIR DECADÊNCIA.....	1023
7. TUTELAS PROVISÓRIAS EM AÇÃO DECLARATÓRIA.....	1026
7.1. Informação falsa de suspensão de exigibilidade nas declarações dos tributos sujeitos ao autolancamento	1027
8. A SENTENÇA DECLARATÓRIA	1031
8.1. Declaração positiva e declaração negativa	1031
8.2. Eficácia da sentença.....	1031
8.3. Efeito dúplice da tutela declaratória.....	1032
8.4. Os efeitos da tutela declaratória no tempo. Análise da súmula 239 do STF	1032
8.5. A coisa julgada sobre relações continuativas e o parecer PGFN/CRJ nº 492/11	1035
8.6. Temas 881 e 885 de Repercussão Geral do STF.....	1042
9. AÇÃO DECLARATÓRIA INCIDENTAL	1043

Capítulo XIX

MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA FISCAL..... 1045

João Aurino de Melo Filho, Marcelo Polo e Marilei Fortuna Godoi

INTRODUÇÃO	1045
1. ASPECTOS GERAIS DO MANDADO DE SEGURANÇA	1046
1.1. A eficácia mandamental	1046
1.2. Os “privilégios” da ação mandamental.....	1047
1.3. Cabimento.....	1049
1.4. O prazo de 120 dias para impetração.....	1053
1.5. Competência	1054
2. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL.....	1055
2.1. Legitimidade ativa.....	1055
2.2. Legitimidade passiva.....	1056
2.3. A participação da pessoa jurídica de Direito Público	1059
2.4. A liminar em mandado de segurança	1060
2.5. A suspensão da segurança	1065
2.6. O reconhecimento do direito à compensação	1067
2.7. A sentença em mandado de segurança.....	1071

3. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	1075
3.1. Assento constitucional e legal	1075
3.2. Legitimidade ativa	1078
3.3. Direitos protegidos pelo <i>writ</i> coletivo	1087
3.4. A coisa julgada no <i>writ</i> coletivo	1088
3.5. A execução individual do julgado coletivo	1100